



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0011825-04.2014.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**
Requerente: **BIANCA MIGLIATO**
Requerido: **PULLMANTUR CRUZEIROS DO BRASIL LTDA. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que a autora alegou ter contratado junto às rés em abril/2014 a realização de cruzeiro marítimo que ocorreria em novembro desse ano.

Alegou ainda que foi prevista a possibilidade de substituição de hóspedes, desde que o pedido fosse feito com antecedência de vinte dias da data do embarque e mediante pagamento de R\$ 50,00 por hóspede.

Salientou que em virtude de motivos que especificou três dos hóspedes que fariam a viagem não poderiam realizá-la e ao tentar substituí-los foi informada que isso estava condicionado inicialmente à perda do pacote de alimentação, com o que não concordou porque pagara pelo serviço, e em seguida à quitação de taxa de R\$ 1.350,00, com o que igualmente não concordou.

Pleiteou a devolução do valor pago pelo cruzeiro.

As preliminares de ilegitimidade passiva ad causam suscitadas pelas rés em contestação não merecem acolhimento.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Com efeito, a responsabilidade delas deriva da solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPCÃO NEVES**:

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso, portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

Tais orientações aplicam-se com justeza à hipótese dos autos, até porque os documentos de fls. 03/20 deixam clara a ligação de ambas as rés com os fatos noticiados.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Rejeito as prejudiciais arguidas no particular, pois.

No mérito, a pretensão deduzida não prospera.

Ela partiu do pressuposto que não foi permitida a substituição de hóspedes que fariam a viagem em apreço, valendo destacar que tal possibilidade está contemplada na cláusula 5.1 do contrato celebrado entre as partes.

Sustentou a autora que num primeiro momento essa substituição importaria a perda do pacote de alimentação e que em seguida ela foi condicionada ao pagamento de R\$ 1.350,00.

É incontroversa a inexistência de lastro a sustentar essas exigências à míngua de previsão contratual que as respaldasse, mas não há elementos minimamente consistentes que denotassem que as mesmas na verdade aconteceram.

As rés negaram-nas e nesse contexto tocava à autora demonstrar sua verificação (ressalvo que não se aplica à hipótese a regra do art. 6º, inc. VIII, do CDC porque seus pressupostos não estão aqui preenchidos), mas ela não de desincumbiu desse ônus.

Nenhum dado acompanhou o relato exordial indicando as exigências atribuídas às rés, não se podendo olvidar que a autora também não demonstrou interesse no alargamento da dilação probatória (fls. 86 e 94).

Assentadas essas premissas, a postulação apresentada não possui condições de acolhimento, até porque não se poderia cogitar simplesmente da devolução do valor pago para a realização da viagem.

Se esta não teve vez, a autora poderá até pleitear a devolução de valor a que repute fazer jus, hipótese em que se deverão examinar as condições fáticas da situação posta, além das disposições contratuais e legais que regem o assunto.

Não obstante, é certo que a restituição integral do montante despendido não se justifica.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 28 de maio de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**